

COMENTÁRIO AO TEXTO DE IRENE STENGs

O LIXO ESTÁ MORTO, VIDA LONGA AO LIXO! SOBRE AS COISAS QUE NÃO SÃO MAIS A MESMA COISA¹

*Giovanna Capponi*²

Resumo: O artigo discute as ambiguidades e dificuldades de tradução dos termos “lixo”, “resíduo” e “despacho” nas religiões afro-brasileiras, relacionando-as aos debates dos waste studies. A partir de etnografias sobre o surgimento de práticas e discursos ecologistas em terreiros de candomblé e umbanda, a autora analisa como as oferendas rituais mobilizam as categorias de “lixo” e “sagrado”, dependendo de contextos sociais, ambientais e terminológicos. Objetos antes investidos de vitalidade espiritual podem, em certas circunstâncias, ser reclassificados como lixo, especialmente quando passam a ser associados à poluição ambiental ou ao colapso ecológico. Em diálogo com o contexto museológico ocidental, onde certos artefatos nunca podem se tornar lixo, evidencia-se o contraste entre a sacralização de objetos que perderam sua função social e que permanecem nos acervos institucionais e a mudança social e material nos terreiros. Assim, o texto propõe uma reflexão sobre como as categorias de valor e de descarte são constantemente renegociadas, iluminando tensões entre preservação e transformação.

Palavras-chave: Lixo sagrado; Religiões afro-brasileiras; Museus; Ambientalismo.

¹ Como citar: CAPPONI, Giovanna. Comentário ao texto de Irene Stengs. O lixo está morto, vida longa ao lixo! Sobre as coisas que não são mais a mesma coisa. *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 25, n. 46, e150254, 2025.

² Doutora em Antropologia Social pela Universidade de Roehampton, no Reino Unido. Atualmente, é professora de Antropologia e Sociologia na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Email: giovanna.capponi@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7196-3627>.

WASTE IS DEAD, LONG LIVE WASTE! ON THINGS THAT ARE NO LONGER
THE SAME THING

Abstract: The article discusses the ambiguities and translation challenges of the terms “*lixo*” (waste), “*resíduo*” (residue), and “*despacho*” (ritual offering) in Afro-Brazilian religions, relating them to debates in waste studies. Drawing on ethnographies of the emergence of ecological practices and discourses in *Candomblé* and *Umbanda* terreiros, the author analyzes how ritual offerings mobilize the categories of “waste” and “sacred,” depending on social, environmental, and terminological contexts. Objects once invested with spiritual vitality can, under certain circumstances, be reclassified as waste, especially when associated with environmental pollution or ecological collapse. In dialogue with the Western museological context, where certain artifacts can never become waste, the article highlights the contrast between the sacralization of objects that have lost their social function and remain in institutional collections, and the material and social transformations occurring within the terreiros. Ultimately, the text reflects on how categories of value and discard are constantly renegotiated, illuminating tensions between preservation and transformation.

Keywords: Sacred waste; Afro-Brazilian religions; Museums; Environmentalism.

COMO AS PALAVRAS SOAM: TERMOS EM DISPUTA

A partir de 2019, iniciei uma pesquisa (ainda em andamento) sobre o papel em disputa das oferendas rituais afro-brasileiras no contexto da crise climática e dos discursos ecologistas nos terreiros de candomblé e umbanda. Parte desta investigação buscou analisar o lugar ambíguo das oferendas entendidas ao mesmo tempo como objetos sagrados carregados de energia vital, ou como resíduos que precisam ser descartados segundo lógicas rituais e recentes sensibilidades ecológicas.

Quando comecei a apresentar a minha pesquisa – até então escrita e direcionada a um público acadêmico anglófono – em solo brasileiro, fui recebida com críticas sutis, entre o pedagógico e o linguístico, acerca do

uso da palavra *waste*, que eu tinha inicialmente traduzido como "lixo", e no específico "lixo sagrado". Meus interlocutores, em sua maioria antropólogos e historiadores com vivência de terreiro, argumentavam que a palavra "lixo" carregava uma conotação negativa, e que teria sido mais adequado recorrer ao mais polido e neutro "resíduo". A princípio, acolhi essas sugestões com gratidão e respeito, procurando manter o foco no conteúdo da minha pesquisa sem me apegar excessivamente às escolhas terminológicas. Contudo, logo percebi a necessidade de aprofundar uma reflexão sobre a dificuldade não apenas de traduzir esse termo específico – lixo – mas de verter para o português o inteiro debate norte-americano sobre os *waste studies* ou *discard studies*. Para compreender esse problema, é necessário considerar a especificidade do contexto brasileiro, no qual a religião constitui pauta cotidiana dos conflitos sociopolíticos, bem como o contexto acadêmico das ciências sociais, em que é comum que os pesquisadores dominem a literatura clássica sobre religião e política, mas raramente tenham se debruçado sobre a materialidade como campo de análise. "Lixo", para muitos, soava como uma categoria de julgamento valorativo muito antes de ser um lugar de acúmulo matérico, um repositório de desordem simbólica, ou um dispositivo de transformação de valor e de valores (Gille e Lepawsky, 2022).

Nesse sentido, é relevante destacar uma questão tanto terminológica quanto teórica no uso das categorias "resíduos" e "lixo" nesse panorama. Se, em português, o termo "lixo" carrega de fato uma conotação negativa, associada à sujeira e ao descarte, na perspectiva anglófona, no entanto, *waste* não se refere necessariamente à sujeira (Cooper, 2010), mas às trajetórias dos objetos dentro e fora de diferentes categorias de uso e valor (Appadurai, 2008; Kopytoff, 2008). Por essa razão, ainda que em alguns contextos seja necessário optar pelo termo "resíduo", é fundamental frisar que as atribuições de valor simbólico, social e econômico permanecem centrais para compreender o lugar desses objetos ao longo de suas vidas sociais.

Dilemas terminológicos semelhantes surgiram na minha pesquisa de doutorado sobre o sacrifício animal no candomblé. Ainda que "sacrifício" fosse uma palavra perfeitamente alinhada à literatura antropológica (Capponi,

2019), muitos autores, seguindo uma estratégia política no contexto da perseguição religiosa e diante das numerosas tentativas de proibir estas práticas rituais por parte de políticos intolerantes, passaram a adotar o termo "abate religioso" (Silva Júnior, 2015). Higienizado do seu significado metafísico, o termo "abate" tenta equiparar o sacrifício animal do *candomblé* aos procedimentos de abate e produção de carne previstos nas tradições islâmica e judaica, oferecendo fundamentação jurídica para a defesa da liberdade religiosa. Esta escolha terminológica argumenta também que o termo "sacrifício" remete, na sua conotação mais popular, a um ato bárbaro e primitivo (ou, ao menos, obsoleto), sendo portanto menos adequado para descrever uma prática ritual legítima e compatível com os valores do Estado de direito. Pouco importa, neste contexto, que os termos êmicos empregados para descrever esse ritual sejam *oró* (literalmente "oferenda", em língua yorubá), *corte* ou *matança*, palavras igualmente problemáticas e alvos de controvérsias dentro das próprias comunidades religiosas.

Este debate, situado na interseção entre política, religião e legitimação, traz a vantagem de promover uma reflexão não apenas sobre a tradução mais adequada sob uma perspectiva filológica, mas também sobre o peso social e coloquial dos termos em disputa. De fato, a preocupação dos ativistas, autores e praticantes afro-religiosos e simpatizantes ressalta a importância não somente do que as palavras significam, mas de como as palavras *soam* nas suas várias camadas de significado.

O que pode pensar um leitor imerso em um contexto político marcado por intensos conflitos e violências ao deparar-se com um debate acadêmico em que o sagrado, já alvo de múltiplos ataques, aparece associado à palavra "lixo"? Seria possível que para alguns, aquele objeto fosse de fato lixo, enquanto para outros se constituísse como sagrado? Seriam essas duas visões totalmente inconciliáveis?

Essa foi precisamente uma das objeções que encontrei durante uma das apresentações do meu trabalho, quando uma participante observou: "O que você considera lixo, para eles é outra coisa". No entanto, nas adaptações rituais que visam eliminar os resíduos poluentes ou problemáticos das

oferendas, meus interlocutores problematizam a composição e a materialidade dos despachos com diferentes parâmetros. Objetos de plástico, assim como garrafas, imagens, copos, laços e velas de parafina são retirados, ao passo que materiais orgânicos e biodegradáveis permanecem.

Assim, estabelece-se uma tensão: de um lado, diferentes materiais podem absorver e transmitir energia sagrada; de outro, apenas alguns – aqueles que se decompõem e se integram ao ambiente – são vistos como compatíveis com a saúde ecossistêmica. O meio ambiente não é considerado capaz de absorver qualquer tipo de material ou de energia (o que Richard Wilk (2015, p. 226) chama "o poder purificador da natureza"); suas capacidades de absorção espiritual estão intrinsecamente articuladas às regras da biologia e das ciências naturais. Em outras palavras, certos elementos podem permanecer como parte dos despachos, enquanto outros se convertem, inevitavelmente, em *lixo*.

Me deparei de forma mais clara com essa colaboração epistêmica (e a subsequente revelação terminológica) durante um evento organizado pelo Instituto Terreiro Sustentável, uma associação que, a partir da vivência de terreiro, desenvolve projetos de educação ambiental na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Em outubro de 2023, os voluntários do instituto organizaram um mutirão de limpeza na Área de Proteção Ambiental das Brisas, em Guaratiba. O local é amplamente frequentado pela população afro-religiosa da região, que ali deposita despachos, oferendas e outros objetos em lugares de alto valor espiritual, como manguezais, rios e trechos de mata fechada. O objetivo do evento era ensinar as crianças a reconhecer as plantas medicinais do candomblé e, ao mesmo tempo, a cuidar do meio ambiente retirando o "lixo sagrado" (Stengs, 2014) deixado por outras pessoas. Munidas de luvas e grandes sacos plásticos, as crianças percorriam o local recolhendo alguidares, fitas coloridas, velas, pedaços de papel, copos de vidro, garrafas e outros objetos. Em certo momento, o grupo chegou a um ponto onde haviam sido depositadas várias imagens quebradas de entidades, santos e divindades. Foi então que uma das organizadoras, uma mãe de santo de umbanda, explicou:

As pessoas tinham essa tradição, principalmente as pessoas da umbanda que trabalham com essas imagens, que quando elas quebram têm que ser colocadas em algum lugar da natureza. Não precisa, crianças! Você só reza, agradece, vai ter que comprar outra imagem, rezá-la, colocá-la no lugar... e essa daqui é lixo! Ela quebrou, você agradece esse tempo que ela lhe protegeu, o tempo em que a energia foi emanada, mas depois que quebrou não tem que vir para a natureza, é *lixo*.³

Esse relato etnográfico evidencia um processo de renegociação da categoria de uso do *despacho*, principalmente daquele que envolve *coisas* (imagens, assentamentos, roupas, colares e outros objetos sacralizados no âmbito ritual) que pertencem ou pertenceram a alguém que abandonou a religião, faleceu ou que simplesmente precisa renovar o pacto material com as entidades e o mundo invisível, se desfazendo do que já não lhe serve ou substituindo-o. Carregados de energia espiritual, da individualidade da pessoa, e em muitos casos, também de valor sentimental e afetivo, esses objetos precisam ser ritualmente *despachados*, isto é, depositados em espaços de proximidade com as entidades e as divindades, de modo que essa energia "perigosa" (Wirtz, 2009) possa ser reabsorvida. Diversos estudos teóricos dos *waste studies*, por sua vez, apontam o lixo como categoria epítome da desordem: espaço semiótico do caos, no qual a indiferenciação de objetos descartados anula ou reduz imediatamente seu valor (seja de troca, simbólico ou moral), ao mesmo tempo em que cria misturas e potenciais perigos de contaminação para elementos que, no cotidiano, deveriam permanecer separados.

Por isso, *despacho*, *resíduo* e *lixo* são termos que podem ser compreendidos como categorias de valor subjetivo: aquilo que para alguns é "lixo" (perigoso, desordenado) pode, para o povo de terreiro, constituir material ritual. Contudo, os *waste studies* demonstram exatamente como essas categorias semânticas e analíticas são fluidas e constantemente renegociadas. Os dados etnográficos, por sua vez, revelam como o discurso ambientalista vem moldando a percepção dos objetos nas diferentes etapas do ritual,

³ Mãe Manu, do projeto Axé Mulher, em outubro de 2023.

incorporando valores e visões contemporâneas sobre o meio ambiente, especialmente diante do colapso climático. Ao se colocarem como guardiões e responsáveis pelos cultos à natureza, praticantes passam a redefinir os limites do sagrado: imagens quebradas, copos de plástico e garrafas já não podem mais ser incluídos dentro dessa categoria. Nesse movimento, os membros do Instituto Terreiro Sustentável também se preocupam com como as palavras *soam*, como elas são percebidas pelos atores externos, e procuram repensar tanto as práticas quanto os termos empregados, buscando compatibilizar a visão ecologista com a cosmovisão afro-religiosa.

ZUMBIS NO MUSEU: SOBRE OS OBJETOS QUE NUNCA SE TORNAM LIXO

Comecei a minha pesquisa sobre o "lixo sagrado" no âmbito de uma bolsa de pós-doutorado do *Musée du quai Branly*, uma instituição museal francesa que abriga uma vasta coleção de objetos oriundos dos cinco continentes, enquadrados ora como arquivos etnográficos, ora como obras artísticas "exóticas" (e muitas vezes, porém, frutos de saques coloniais). Por uma coincidência curiosa, meu primeiro dia de trabalho no *Musée* foi precisamente o mesmo da morte de Jacques Chirac, ex-presidente francês responsável pela sua fundação, cuja visão ainda influencia sua trajetória. Entusiasta da arte japonesa, Chirac havia imaginado um espaço para acomodar "as artes primitivas" do mundo inteiro, colocando esses objetos em um lugar ambíguo. Por um lado, trata-se de artefatos coloniais, sem autor individual a ser celebrado, concebidos como produções artesanais de um conhecimento coletivo e "étnico". Por outro lado, são peças que circulam no mercado europeu de arte, vendidas em leilões, trocadas entre colecionistas e instituições, e protagonistas de disputas geopolíticas em torno da restituição.

No decorrer do meu trabalho no museu, tive a oportunidade de conhecer os acervos, onde a maior parte dos objetos permanece armazenada sem jamais ser exibida, e também o laboratório de restauração, espaço dedicado a

reparar as peças para mantê-las em bom estado e retardar o processo natural de degradação.

"E quando não há mais o que fazer, o objeto vai para onde? É jogado no lixo?" – perguntei de forma ingênua à responsável pelo laboratório. Sua resposta se resumiu a um olhar de desaprovação e surpresa. Jamais lhe ocorrera a possibilidade de que um objeto pertencente ao patrimônio cultural nacional, sob a guarda de uma instituição francesa, pudesse simplesmente ser descartado como lixo!

Descobri, então, o funcionamento de uma infraestrutura concebida para manter os objetos vivos, apesar da diversidade de suas proveniências, usos e valores etnográficos ou educacionais. Câmaras hipobáricas sugam o oxigênio dos tecidos das roupas dos *egunguns* do Benim para desinfetá-las de cupins e outras pragas; vitrines da exposição permanente possuem sistemas internos de captura de ácaros e insetos que poderiam se infiltrar nos interstícios e danificar as peças expostas; técnicos restauradores empreendem esforços titânicos ao costurar novamente sapatos feitos de patas de urso, outrora usados em sessões de caça por uma população indígena do Canadá, ou ao recompor os fios de ráfia de uma cesta de vime originária da Papua-Nova Guiné, sobre a qual se tem pouquíssima informação (embora eu esteja quase certa de ter visto uma idêntica sendo vendida por poucos euros no mercado das pulgas de Montreuil). Recordo também uma pintura chinesa que só podia ser exibida durante um ano, pois a luz, com o tempo, degradaria seus pigmentos naturais. Após esse período, a obra era condenada a ser mantida na escuridão dos acervos, para ser consultada apenas sob solicitação de pesquisadores autorizados, com o auxílio de luvas e iluminação especial.

Essas peças museais podem ser compreendidas como *inalienable possessions*, no sentido proposto por Annette Weiner (1992): bens que não podem ser vendidos, trocados ou descartados, pois concentram em si um valor simbólico e institucional que ultrapassa sua utilidade imediata. A vida que lhes é artificialmente prolongada, por câmaras hipobáricas, sistemas de controle de pragas e pelo trabalho exaustivo de restauradores, é fruto de uma decisão arbitrária que os mantém como parte de um patrimônio

considerado intocável, sustentado por práticas que atuam incessantemente para evitar sua perda.

Even though permanence for all time is an impossibility, individuals and groups work with exacting care to recreate the past for the present so that what they do in the present affects the future (Weiner, 1992, p. 7).

Essa lógica não se restringe aos museus: os próprios acervos de departamentos de pesquisa em arqueologia e cultura material estão repletos de ossos, repertos e outros objetos que já cumpriram sua função como dados científicos, que já foram analisados e manipulados, e que não possuem mais possibilidade de uso, mas que tampouco podem ser descartados. Assim, preserva-se indefinidamente uma massa de materiais cujo valor não reside mais em sua função, mas na impossibilidade de transformá-los em lixo. Nas sociedades ocidentais, como observa Igor Kopytoff (2008), quase tudo o que pode ser vendido em uma transação pode ser considerado uma mercadoria. No entanto, a cultura destaca certos objetos que são considerados únicos, não comercializáveis e, portanto, intransferíveis. O autor define esse processo como “singularização”, incluindo coisas como obras de arte, monumentos e outros bens de alto prestígio que mantêm algum valor histórico ou cultural. Porém, itens singularizados também podem ser aqueles cujo custo é tão baixo que se torna impossível incluí-los em uma transação monetária, como um fósforo oferecido para acender um cigarro (Kopytoff, 1986, p. 74-75).

O que cabe ressaltar aqui é a tensão entre perda e mudança. Se por um lado o esforço para manter os objetos em vida é uma forma de preservar uma estrutura de poder (o Estado, a instituição, a própria burocracia), por outro, o próprio ato da preservação “alimenta a semente da mudança” (Weiner, 1992, p. 8), pois contém em si a possibilidade de que tudo se transforme. Esses esforços deliberados contra a mudança atuam simbolicamente e materialmente para impedir a transformação da matéria e a desintegração dos símbolos do passado. Permitir que os objetos do patrimônio se desfaçam significaria renunciar à influência que esse passado pode exercer sobre o futuro.

Essa vinheta empírica e a reflexão sobre o que nunca pode se tornar lixo nas coleções e nos patrimônios culturais ocidentais dialogam com o que Irene Stengs (2014) denomina “lixo sagrado” (*sacred waste*). A autora identifica, sobretudo, objetos e homenagens deixados aos pés de monumentos, tumbas, locais de memória e lugares marcados por acidentes, assim como escombros de tragédias coletivas, aquilo que define como “*rubble*”: entulhos, resíduos misturados a cinzas, corpos e cimento (Stengs, 2014, p. 235). Esses termos nos ajudam a entender como a preservação do lixo sagrado é uma luta contra o esquecimento, e contra a desordem da matéria diante da morte e do desastre.

Essa matéria entra em um limbo de significados morais, culturais e simbólicos, adquirindo assim dignidade de acervo. Trata-se de objetos que, mesmo diante da desintegração, jamais podem se tornar lixo, sob pena de colocar em cheque os valores e a memória do passado. Nesse sentido, talvez o *lixo sagrado* seja um “falso lixo”: um objeto ao qual se recusa a transformação, cujo valor inalienável se preserva para além do uso, da função e até mesmo do estado físico da matéria. Singularizada à la Kopytoff, essa categoria de lixo já possui tão pouco valor de troca e de uso que se torna inestimável vestígio de um passado que não pode mais retornar.

APOLOGIA DA TRANSFORMAÇÃO

Voltando ao *Musée du quai Branly* (e ao fantasma de Jacques Chirac, que certamente rondava aquele espaço no dia da minha chegada), lembro que alguns anos depois o museu sediou uma exposição chamada *Zombis: la mort n'est pas une fine?*, dedicada a explorar esse arquétipo desde a tradição da necromancia haitiana até os mortos vivos no imaginário cinematográfico. Penso assim, na “morte negada” dos objetos conservados nos museus e acervos institucionais, e me pergunto se as oferendas ecológicas e a gestão dos resíduos religioso no candomblé e na umbanda sejam, mais do que uma tentativa de adiar a morte, uma forma de aceitar a transformação diante da

morte iminente representada pelo colapso ambiental. Práticas inovadoras de separação de materiais, substituição, reuso e reciclagem dentro dos rituais apontam não apenas para uma nova economia de recursos, mas também para uma perspectiva da mudança social, de valores e de visões de mundo (Graeber, 2012). Se o lixo sagrado dos museus e do patrimônio coletivo é um sagrado que nunca se torna lixo, as oferendas ecológicas parecem afirmar que o lixo – o poluente, o negativo, o anti-ético – nunca pode se tornar sagrado, e, ao mesmo tempo, que o sagrado só pode ser reconhecido como tal se aceitarmos o seu processo de transformação.

REFERÊNCIAS

APPADURAI, Arjun. "Introdução: mercadorias e a política de valor". In: APPADURAI, Arjun (ed.). *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Niterói: Eduff, p. 15-88, 2008.

CAPPONI, Giovanna. "Resíduos Sagrados: inovações rituais e oferendas afro-brasileiras na era da crise ambiental". *Religião & Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 44, n. 2, e440209, 2024.

CAPPONI, Giovanna. "Sobre a importância das palavras: breve apologia do termo "sacrifício". In: ARAÚJO, Patrício Carneiro. *Candomblé sem sangue? Pensamento Ecológico Contemporâneo e Transformações Rituais nas Religiões Afro-Brasileiras*. Curitiba: Appris Editora, p. 3-4, 2019.

COOPER, Timothy. Recycling modernity: waste and environmental history. *History Compass*, v. 8, n. 9, p. 1.114-1.125, 2010.

GILLE, Zsuzsa; LEPAWSKY, Josh. "Introduction: Waste Studies as a Field". In: GILLE, Zsuzsa; LEPAWSKY, Josh (ed.). *The Routledge Handbook of Waste Studies*. Routledge: London, p. 3-19, 2022.

GRAEBER David. "Afterword". In: ALEXANDER, Catherine; RENO, Joshua (ed.) *Economies of Recycling: The Global Transformation of Materials, Values and Social Relations*. London: Zed Books, p. 277-290, 2012.

KOPYTOFF, Igor. A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo. In: APPADURAI, Arjun (ed.). *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Niterói: Eduff, p. 89-124, 2008.

SILVA JÚNIOR, Hédio. “Notas sobre Sistema Jurídico e Intolerância Religiosa no Brasil”. In: SILVA, Vagner Gonçalves da Silva (ed.). *Intolerância Religiosa: Impacto do neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro*. São Paulo: EDUSP, p. 303-320, 2015.

STENGES, Irene. Sacred waste. *Material Religion*, v. 10, n. 2, p. 235-238, 2014.

WEINER, Annette B. *Inalienable Possessions: On the paradox of keeping-while-giving*. Los Angeles: University of California Press, 1992.

WIRTZ, Kristina. “Hazardous waste: the semiotics of ritual hygiene in Cuban popular religion”. *Journal of the Royal Anthropological Institute*, v. 15, n. 3, p. 476-501, 2009.

WILK, Richard R. “Conclusion: the waste that matters”. In: EKSTRÖM, Karin (ed.). *Waste Management and Sustainable Consumption*. London: Routledge/Earthscan, p. 225-239, 2015.

Recebido em: 06/09/2025

Aprovado em: 10/09/2025